



# A força de um desejo – a persistência da branquitude como padrão estético audiovisual

**JOEL ZITO ARAÚJO**  
é doutor em Comunicação  
pela ECA-USP e cineasta,  
autor e diretor de *A  
Negação do Brasil e Filhas  
do Vento*.

**A**os rebeldes, os filhos rejeitados e excluídos, parecem estar reservados os papéis de enfrentar, recusar e ultrapassar a força dos desejos dos próprios pais. Na história das nossas mídias audiovisuais, o desejo de branqueamento da nação, ideário que já estava consolidado desde o século XIX, acabou por tornar-se um peso imagético, uma meta racial que nunca provocou rebeldias. Ao contrário, tornou-

se convenção e naturalizou-se como estética audiovisual de todas as mídias, incluindo-se aí especialmente a TV, o cinema e a publicidade.

No final dos anos 20, a revista *Cinearte*, expressão da *intelligentsia* de um cinema

nascente, mas que já era, depois da imprensa, o meio de comunicação mais importante do país (Simis apud Debs, 2002, p. 25), indignava-se com a imagem do Brasil veiculada pelos filmes produzidos até então:

“Quando deixaremos desta mania de mostrar índios, caboclos, negros, bichos e outras ‘avis-rara’ desta infeliz terra, aos olhos do espectador cinematográfico? Vamos que por um acaso um destes filmes vá parar no estrangeiro? Além de não ter arte, não haver técnica nele, deixará o estrangeiro mais convencido do que ele pensa que nós somos: uma terra igual ou pior a Angola, ao Congo” (*Cinearte* apud Debs, 2002, p. 80).

A solução a seguir, proposta pela revista, e grifada por nós, traz uma visão explícita de superioridade racial branca que se camuflaria nas décadas seguintes no discurso oral, mas se consolidaria como um discurso imagético natural e incontestável até os dias de hoje:



“Fazer um bom cinema no Brasil *deve ser um ato de purificação de nossa realidade*, através da seleção daquilo que merece ser projetado na tela: o nosso progresso, as obras de engenharia moderna, *nossos brancos bonitos*, nossa natureza” (*Cinearte* apud Debs, 2002, p. 80).

A estética do branqueamento já foi analisada em nossos trabalhos anteriores (Araújo, 2000-2002), em que demonstramos como ela se tornou o padrão de referência para a produção da telenovela brasileira. Embora não tenhamos discutido o cinema, constatamos que as produções comerciais usaram praticamente os mesmos estereótipos sobre os negros que identificamos na telenovela (Rodrigues, 2001) e alimentaram o mesmo projeto de branquitude comum a todas mídias (Couceiro de Lima, 1983; 1996-97).

Mesmo aquele cinema que a revista *Cinearte* chamaria de *avis-rara*, especialmente a estética inaugurada no cinema novo, que recusaria os caminhos da “purificação” e da idealização da realidade nacional, nunca se confrontou com a ideologia do branqueamento, questionando o padrão de apresentação dos nossos brancos ou quase brancos “bonitos”. Poucos filmes de autor, especialmente as adaptações de Jorge Amado realizadas por Nelson Pereira dos Santos, fugiram da estética reinante.

Filmes mais recentes, que também poderiam ser considerados *avis-rara* no passado, continuam de forma consciente ou inconsciente premidos pelo desejo do branqueamento na construção de imagens sobre o país, como *Cidade de Deus*, com o seu exército de marginais negros e policiais (a força da ordem) brancos. E a primeira obra do rebelde de nova geração, Cláudio de Assis, tem no título do seu filme – *Amarelo Manga* – a consciência do poder do objeto de desejo de uma mulher branca em um ambiente nordestino repleto de párias sociais representados em sua grande maioria por índios, negros e mestiços. Portanto, mesmo aqueles que fazem de suas lentes um manifesto dos aspectos perturbadores da infeliz terra abominada pela revista *Cinearte*, e

que poderiam ou poderão ser inovadores na incorporação de negros, índios e mestiços como ilustração positiva de nossa multiracialidade e experiência social, e não como estereótipos de si mesmos, são vítimas da falta de discussão sobre esse tópico, que tende a permanentemente alimentar os mesmos erros e mitos.

Voltando ao início do século XX, o discurso do ideal cinematográfico diante das metas de uma sociedade que buscava construir “o país do futuro” e delineava os fundamentos de uma nova identidade nacional, colocando assim o cinema como um meio de educação privilegiado a serviço das elites (Debs, 2002), está absolutamente em consonância com o discurso da *intelligentsia* acadêmica da época. Com a já conhecida declaração de Oliveira Vianna (apud Munanga, 1977): “Não há perigo de que o problema negro venha a surgir no Brasil. Antes que pudesse surgir seria logo resolvido pelo amor. A miscigenação roubou o elemento negro de sua importância numérica, diluindo-o na população branca”. E com a afirmativa anterior de João Batista Lacerda, então diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, que no Primeiro Congresso Internacional das Raças, realizado em Londres, em 1911, fez o prognóstico célebre: “O Brasil mestiço de hoje tem, no branqueamento em um século, sua perspectiva, saída e solução” (Lacerda apud Schwarcz, 1993, p. 11).

A mesma falta de rebeldia verificada no cinema e nas mídias audiovisuais parece também ser uma constante na história da universidade brasileira, quando observamos a enorme resistência de grande parte dos reitores e eminentes personalidades do mundo acadêmico em adotar cotas para negros nas universidades públicas, recusando-se a considerar o desempenho escolar acima da média dos cotistas que já fazem parte da realidade de algumas universidades do país.

O período compreendido entre o final da Abolição e os anos 40 do século XX, que tem sua importância aqui por ter sido uma época fundamental nas discussões sobre a identidade e imagem do país, teve da mesma geração de intelectuais que par-

ticipavam desse debate um envolvimento entusiasmado com a defesa de uma educação pública gratuita. No entanto, se a educação pública tornou-se realidade, a universidade pública brasileira, com seus fundamentos seletivos baseados na competência acumulada por uma história escolar privilegiada e pelo contexto educacional familiar antes de entrar na universidade, beneficiou a própria elite e, portanto, o segmento racial que sempre esteve no poder. A melhor demonstração dessa afirmação é o resultado pouco surpreendente do vestibular da USP, em 2005, que selecionou 77% de brancos e 2% de negros.



Aproximidade do debate racial na mídia audiovisual com o debate na educação é, portanto, histórica. E o debate público hoje, em ambos os campos, continua baseado em pressupostos, idéias e fundamentos semelhantes.

Passados 95 anos do famoso prognóstico de João Batista Lacerda, a estratégia da miscigenação não parece ter conseguido diluir o “problema racial brasileiro”, como podemos ver na insistente pressão e contestação das entidades e dos intelectuais negros contra o resultado do vestibular da USP de 2005. No entanto, a miscigenação continua no centro do debate nacional sendo utilizada praticamente da mesma forma que aparecia desde o final do século XIX. Para a decepção de João Batista Lacerda e Oliveira Vianna, um século não foi suficiente para eliminar o negro da sociedade brasileira, mas a força de suas idéias continua. A miscigenação continua sendo o pretexto para a recusa enfática do debate e das soluções do problema, portanto como um instrumento de negação da legitimidade das reivindicações políticas e sociais da população afrodescendente por acesso e direitos iguais na mídia, na universidade e no mercado de trabalho.

## A MISCIGENAÇÃO – DISCURSO ESTRATÉGICO DO BRANQUEAMENTO

A natureza do debate sobre a mestiçagem no Brasil, apesar de conviver permanentemente com ambigüidades e contradições, sofreu poucas mudanças no decorrer dos últimos cem anos. Embora no período final da escravidão o mestiço fosse visto como uma degeneração racial, a miscigenação já aparece no discurso dos abolicionistas como solução para evitar a polarização de raças no país (Santos, 2002). Mas será nos anos 30 que o conceito sofrerá uma inversão positiva nas mãos de uma *intelligentsia* brasileira que procurou criar uma imagem autóctone do país, através da afirmação do nativo, do caboclo e do mestiço, em reação diante dos

processos agudos de europeização (Bosi, 1994), que tinha no velho continente o paradigma para a compreensão da cultura do Novo Mundo. No entanto, mesmo estando sob a batuta daqueles que marcaram profundamente a vida cultural contemporânea, como Gilberto Freyre, para os modernistas e os romancistas que surgiram do ciclo da literatura chamada regionalista, como Jorge Amado, a afirmação da miscigenação esteve sempre associada à idéia de que nesta terra se criava uma nação com uma nova raça, os brasileiros, frutos de um hibridismo em que prevaleceria a homogeneidade racial e cultural, que deixaria para trás, de forma completamente superada, a divisão racial de nossa formação. Nasce, nesse contexto, o conhecido mito da democracia racial brasileira.

Mas é falso crer que o Brasil é um país singular, único paraíso da democracia racial, fundado na valorização do mestiço. A ideologia da mestiçagem foi um traço comum na construção da identidade nacional da maior parte dos países latino-americanos. Na América de língua espanhola, nos anos 20, as idéias do mais importante intelectual mexicano da época, José Vasconcelos, que elogiava o mestiço como o resultado de uma fusão original, uma quinta raça “cósmica”, tiveram um efeito impactante em vários países latino-americanos. Um exemplo disso foi Benjamin Carrión, intelectual equatoriano, criador da Casa de la Cultura Ecuatoriana, fundador e entusiasta defensor da idéia de que seu país era um exemplo de nação mestiça, que em 1928 considerava José Vasconcelos como “el Maestro de América” (Cervone, 1999, p. 8).

No entanto, tal como aconteceu no Brasil, para todos esses intelectuais a miscigenação configurou-se sempre como um mito fundador das novas nações latino-americanas que trazia na identidade nacional mestiça a superação da heterogeneidade racial, étnica e cultural de sua formação. E, em todas essas construções, a existência de negros e índios foi progressivamente apagada ou, no mínimo, diluída a partir da apropriação das suas culturas como parte integrante de uma nova cultura nacional original.

Nossos intelectuais “fundadores”, como Gilberto Freyre, Mário de Andrade e outros, da mesma forma que os intelectuais latino-americanos de língua espanhola, sempre ressaltaram o aspecto positivo da miscigenação, não em sua faceta genética, mas no resultante das fusões culturais oriundas do negro, do índio e do branco, que produziram a original cultura brasileira. No entanto, apesar de sempre valorizada e celebrada nos discursos do Estado, da intelectualidade e na literatura, a miscigenação nunca deixou de ser vista como um estado de passagem das “raças inferiores” para a raça superior branca. A citação de Oliveira Vianna, acima, traz de forma demasiadamente explícita o desejo de que a miscigenação seria a melhor forma de diluir o negro na sociedade branca, de apagar a mancha de nossa origem africana.

As marcas resultantes desse desejo no imaginário do povo brasileiro começaram a ser verificadas em estudo realizado nos anos 50 por Oracy Nogueira, no qual ele compreendeu que desenvolvemos uma forma de preconceito distinta da dos Estados Unidos, que dá “margem a uma controvérsia difícil de superar” (Nogueira, 1979, p. 77). Nosso preconceito racial atém-se mais às aparências, às marcas fenotípicas – quanto mais traços físicos de negros, mais problemas, diferente do preconceito racial de origem, norte-americano, em que uma gota de sangue negro é fator de exclusão, independente de a pessoa ter mais traços brancos do que negros.

E hoje, os mitos da “raça cósmica”, ou do “mulato inzoneiro” que resultaria na formação de um homem novo ideal nas Américas, revelam-se apenas como celebrações discursivas do passado, e caem por terra quando observamos as telenovelas brasileiras, mexicanas, colombianas, venezuelanas, ou produzidas em qualquer parte da América Latina, que funcionam como os melhores atestados de que sempre prevaleceu a ideologia da branquitude como formadora do padrão ideal de beleza e, ao mesmo tempo, como legitimadora da idéia de superioridade do segmento branco. A escolha dos galãs, dos protagonistas, celebra modelos ideais de beleza européia, em que quanto mais

nórdicos os traços físicos mais destacado ficará o ator ou atriz na escolha do elenco. Os mesmos também receberão as melhores notas nos processos de escolha e premiação dos mais bonitos do ano pelas revistas que fazem a crônica cotidiana do mundo das celebridades. E, no lado contrário, os atores de origem negra e indígena serão escalados para representar os estereótipos da feiúra, da subalternidade e da inferioridade racial e social, de acordo com a intensidade de suas marcas físicas, seu formato de rosto, suas nuances cromáticas de pele e textura de cabelo, portanto, de acordo com o seu grau de mestiçagem.

No cinema e na telenovela, o melhor lugar reservado para o mestiço, celebrado na literatura ou nos discursos como representante do verdadeiro brasileiro, é a representação do “povão”. Os atores marcadamente mestiços, independente da fusão racial a que pertencem, se trazem em seus corpos e em suas faces uma maior quantidade de traços não-brancos, são sempre vítimas de estereótipos negativos. Como exemplo, Dira Paes, uma atriz de cinema que, por ter traços indígenas acentuados, tem pouco espaço na TV além do papel de uma empregadinha cômica e de pouca inteligência no *sitcom A Diarista*. Ou José Dumont, um ator ausente também das telenovelas, por ter fortes traços do homem do sertão nordestino. E Nelson Xavier, que, em decorrência dos seus traços de negromulato, sempre foi escolhido para fazer o papel do pequeno comerciante ressentido, do delegado “frouxo”, do “típico malandro brasileiro”, e somente usou terno e gravata em uma telenovela depois de mais de vinte anos de história na televisão.

Todos eles, portanto, são obrigados a incorporar na televisão a humilhação social que sofrem os mestiços em uma sociedade norteada pela ideologia do branqueamento, em que a acentuação de traços negros ou indígenas significa a possibilidade de viver um eterno sentimento racial de inferioridade, e uma consciência difusa e contraditória de ser uma casta inferior que deve aceitar os lugares subalternos intermediários do mundo social.

No entanto, o inconsciente racial coletivo brasileiro não acusa nenhum incômodo em ver tal representação da maioria do seu próprio povo, e provavelmente de si mesmo, na televisão ou no cinema. A internalização da ideologia do branqueamento provoca uma “naturalidade” na produção e recepção dessas imagens, e uma aceitação passiva e a concordância de que esses atores realmente não merecem fazer parte da representação do padrão ideal de beleza do país. Naturalmente, para todos nós, por força da nossa formação cultural, o padrão superior estético só pode ser representado por aqueles ou aquelas que continuam com o privilégio (“tiveram a sorte”) de nascer de famílias brancas com características nórdicas acentuadas, a exemplo de Xuxa, Vera Fisher, Fábio Assunção ou Gisele Bündchen. Somente para eles estão reservados os papéis centrais do folhetim televisivo, ou as passarelas do mundo *fashion*. Assim como os cursos da USP. Nem mesmo aquelas atrizes, que são reconhecidas, por nossos critérios estéticos branqueados, como a mais perfeita representação da beleza resultante das fusões genéticas entre negros, índios e brancos, a exemplo de Camila Pitanga e Juliana Paes, conseguem fugir dos papéis de empregadas domésticas das nossas telenovelas, apesar do lugar especial que já ocupam na indústria da publicidade.

Mas a ideologia do branqueamento também estará norteando os comentários dos programas esportivos na TV, nas páginas de jornal, ou os xingamentos nos estádios de futebol. Os nossos jogadores negromestiços, que na última Copa do Mundo levaram mais uma vez ao topo a imagem do país, e o orgulho da nossa nacionalidade, são obrigados a suportar a permanente humilhação pelo estigma de suas aparências, sua “impura” feiúra, nas inúmeras comparações e em eleições dos homens mais bonitos da última copa mundial de futebol, que, “naturalmente”, escolheram o inglês David Beckham e outros homens brancos.

Mesmo diante de fatos como esses, que podem ser encontrados diariamente nos jornais, grande parte de nossa intelectualidade continua acreditando que o problema

é somente de classe, e não de raça, e assiste passivamente\*, como se fosse uma exceção na vida social, à “expulsão” da mãe do jogador Ronaldo de um condomínio de luxo da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro. Possivelmente, esses mesmos intelectuais também se divertem e comentam ser apenas o poder do dinheiro e da fama da “fera” Ronaldo o que seduz e conquista as “belas” modelos brancas saídas das passarelas do mundo *fashion*. E são também os mesmos que elogiam a beleza de nossas mulatas no carnaval, e enchem os olhos de lubricidade diante do corpo escultural da Globeleza, mas aceitam como natural a escolha de mulheres nórdicas, ou quase nórdicas, como rainhas de bateria das escolas de samba, ou como modelos das passarelas – supremo templo da beleza no período atual.

Passado quase um século dos prognósticos de Oliveira Vianna, embora a miscigenação tenha se tornado uma realidade nas classes populares, a elite continua branca, a classe média alta continua branca, e os seus filhos ocupam maciçamente a universidade pública brasileira e reagem de forma indignada contra qualquer ameaça aos seus privilégios, promovendo ações jurídicas contra cotas para afrodescendentes e para índio-descendentes.

Portanto, voltando à época dos prognósticos de Oliveira Vianna, o único fato que parece traçar uma grande diferença entre uma ponta e outra do século XX é o crescimento da capacidade de pressão do próprio segmento populacional negro, que nunca viu na miscigenação uma válvula de escape para o problema racial e, portanto, nunca concordou com as teses defendidas pela elite branca. E, ao longo do século XX, sempre reagiu aos padrões excludentes impostos, buscando desenvolver uma identidade de negritude. É o que podemos concluir com os vários séculos de resistência negra que teve como ícones os quilombos, a revolta dos malês em Salvador, as centenas de jornais negros produzidos desde o início do século passado, a criação do Partido da Frente Negra Brasileira, em 1936, com milhares de adesões em praticamente todas as grandes cidades do país (e colocado na ilegalidade



por Getúlio Vargas), o Teatro Experimental do Negro, de Abdias do Nascimento, o Movimento Negro Unificado, nos anos 70, além da ação política ou artística de intelectuais como Milton Santos e Emanuel Araújo, entre outros.

Esse evidente choque racial entre o mundo branco da universidade e o mundo negro das lideranças defensoras de cotas me faz perguntar por quanto tempo manteremos uma realidade social tão cindida e esquizofrênica. Por quanto tempo o debate negará a existência de um componente racial na sangrenta guerra que os jovens negros e negros-mulatos escalados pelo narcotráfico fazem com a polícia (a ordem branca) nos morros do Rio de Janeiro? Por quanto tempo o insistente avanço dos fazendeiros nas regiões amazônica e centro-oeste, com a sua permanente destruição dos grupos étnicos indígenas, ficará fora do debate étnico-racial? Enfim, até quando a oxigenação que se anuncia no mundo da universidade com a entrada de negros e índios pelo sistema de cotas será tão severamente condenada pelos editoriais dos principais jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro, assim como por reitores das universidades de norte a sul do país?

Essa realidade inconclusa, em que professores e reitores universitários, em sintonia com os editoriais e comentários negativos cotidianos dos principais jornais e revistas, negam que os preconceitos de marca sofridos por afrodescendentes

\* Utilizo o termo “passividade” por não ter visto em nenhuma produção acadêmica, de todos aqueles que acreditam que o nosso problema é de classe, e não de raça, qualquer análise sobre esse fato.

e índio-descendentes tenham um papel importante na nossa hierarquia social e na distribuição de poder e recursos, atesta uma dialética contraditória sobre o problema racial brasileiro. Diante da sintomática recusa de discutir, mas permanentemente discutindo e condenando de racista quem defende posições contrárias, revela-se assim uma hiperconsciência inversamente proporcional àquilo que é enfaticamente negado (Vargas, 2004).

## DE VOLTA AO MUNDO DO DESEJO

A Rede Globo, no dia 13 de março de 2006, estreou uma nova versão da telenovela *Sinhá Moça*. A massiva publicidade sobre o programa demonstrou que veremos mais uma trama em que os heróis da casa-

grande se empenharão bondosamente pela libertação dos escravos. No entanto, triste é saber que mais uma vez as nossas crianças, após voltar de uma escola que reluta em implantar a Lei 10.639, que orienta o estudo da história da África, terão mais uma aula folhetinesca sobre a história do Brasil, em que os negros são invariavelmente levados para o pelourinho. Mais uma vez eles assistirão a negros apanhando no horário nobre, Zezé Motta no papel de uma mucama e uma sinhazinha branca repetindo o arquétipo da princesa Isabel, tão fundamental para o mito da superioridade racial dos eurodescendentes na cultura brasileira. Será que não dá para transferir tal espetáculo para o horário da meia-noite, quando nossos filhos já estarão em sono profundo, fase fundamental para a liberação de hormônios ligados ao crescimento?

---

## BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, Joel Zito. *A Negação do Brasil: o Negro na Telenovela Brasileira*. São Paulo, Editora Senac, 2000.
- \_\_\_\_\_. "A Estética do Racismo", in Silvia Ramos (org.), *Mídia e Racismo*. Rio de Janeiro, Pallas, 2002.
- BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 33ª ed. São Paulo, Cultrix, 1994.
- CERVONE, Emma. *The 'Real' Mestizos and the Making of Ecuadorian National Identity*. 1999 (mimeo.).
- \_\_\_\_\_. "Los Desafíos de la Etnicidad: las Luchas del Movimiento Indígena en la Modernidad", in *Journal of Latin American Anthropology*, vol. 4, n. 1, 2004, pp. 46-75.
- COUCEIRO DE LIMA, Solange M. *O Negro na Televisão de São Paulo: um Estudo de Relações Raciais*. São Paulo, FFLCH-USP, Série Antropologia, 1983.
- \_\_\_\_\_. "Reflexos do 'Racismo à Brasileira' na Mídia", in *Revista USP*, n. 32. São Paulo, CCS-USP, dez.-jan.-fev./1996-97.
- DEBS, Sylvie. *Cinéma et Littérature au Brésil. Les Mythes du Sertão: Émergence d'Une Identité Nationale*. Paris, L'Harmattan, 2002.
- MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil. Identidade Nacional Versus Identidade Negra*. Tese de livre-docência em Antropologia. São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP, 1997 (mimeo.).
- NOGUEIRA, Oracy. *Tanto Preto Quanto Branco: Estudos de Relações Raciais*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1979.
- RODRIGUES, João Carlos. *O Negro Brasileiro e o Cinema*. Rio de Janeiro, Pallas, 2001.
- SANTOS, Gislene Aparecida dos. *A Invenção do Ser Negro: um Percurso das Idéias que Naturalizaram a Inferioridade dos Negros*. São Paulo/Rio de Janeiro, Educ/Fapesp, Pallas, 2002.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- VARGAS, João H. Costa. "Hyperconsciousness of Race and Its Negation: The Dialectic of White Supremacy in Brazil", in *Identities*, 11, 2004, pp. 443-70.